



LICENÇA ÚNICA

LU n.º 5 / 2025

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA), criada pela Lei n.º 5.769, de 27 de junho de 2013, com respaldo na Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997; na Resolução CONSEMA n.º 04, de 28 de abril de 2000; na Resolução CONSEMA n.º 372, de 02 de março de 2018 e atualizações; no Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente; e com base nos autos do Processo Administrativo n.º 188/2025, concede a presente **LICENÇA ÚNICA (LU)**, nas condições e restrições a seguir especificadas:

I. IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: Secretaria de Município de Infraestrutura e Mobilidade - PMSM - RS	
CPF/CNPJ: 88.488.366/0001-00	E-MAIL:
ENDEREÇO Av. Nossa Senhora Medianeira, 179. BAIRRO: Nossa Senhora Medianeira FONE: 55 3174-1565	
EMPREENDIMENTO: Duque de Caxias - Bairro Centro	
ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE - ACESSOS/ VIADUTOS/ VIAS MUNICIPAIS	
CODRAM: 3.457,00	COMPRIMENTO (M) : 1.150,00 m
PORTE: Grande (de 1001,00 a 2000,00	POTENCIAL POLUIDOR: Baixo
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (SIRGAS 2000):	
A) Início na Rua Dr. Bozano: Lat.: - 29.687628038°s, Long.: - 53.812869°o	
B) Final na Av N. Sra. Medianeira: Lat.: - 29.697157°s, Long.: - 53.809203°o	
VALIDADE: 16/04/2029	

ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE EXCLUSIVAMENTE A FINS AMBIENTAIS.

1. CONDIÇÕES GERAIS:

1.1. Esta Licença Única (LU) contempla as fases de Licenciamento Ambiental Prévio, de Instalação e de Operação para obra de engenharia que compreende fresagem, pavimentação asfáltica e sinalização na **Rua Duque de Caxias, trecho entre a Rua Dr. Bozano e a Av. Nossa Senhora Medianeira, nos Bairros Bonfim, Centro e Nossa Senhora de Fátima**, município de Santa Maria-RS.

1.2. A responsabilidade técnica está a cargo do Engenheiro Civil Victor Lippmann Gaspareto da Cunha - CREA/RS 187209 - ART: 13693834, com Projeto e Orçamento.

1.3. As intervenções das obras deverão se limitar ao trecho a ser licenciado conforme abaixo:

- A) **Início na Rua Dr. Bozano:** Lat.: - 29.687628038°s, Long.: - 53.812869°o
B) **Final na Av Nossa Senhora Medianeira:** Lat.: - 29.697157°s, Long.: - 53.809203°o

1.4. A extensão da Rua Duque de Caxias licenciada para intervenção corresponde a 1.150,00 m e a Largura corresponde a 9,00m

2. QUANTO A PISTA DE ROLAMENTO EXISTENTE:

2.1. Para Transferência de Responsabilidade Ambiental durante a execução da obra, entre a PMSM/SMISP e a empresa Contratada, a qualquer termo, deverá ser apresentada na SMA, previamente a execução da obra, **TERMO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA ÚNICA** assinado pelo Responsável Técnico da Contratada e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra;

2.2. A Licença Ambiental Única não alcança a aprovação dos projetos analisados na SMA, cabendo ao projetista e a Secretaria Responsável encaminhar a aprovação para os órgãos competentes da PMSM;

2.3. O projeto é de Responsabilidade Técnica do Eng Victor Lippmann Gaspareto da Cunha – CREA/RS 187209 Matrícula PMSM 18388, e solicitado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.





2.4. A existência da Licença Ambiental Única para execução da obra, bem como suas condicionantes, deverão ser informadas para a empresa Contratada e a seus Técnicos, para efetivo cumprimento e responsabilidades, sendo recomendado a citação da Licença Ambiental e seus Termos, ainda na fase licitatória dos contratos.

2.5. As intervenções físicas e ambientais não poderão atingir áreas não licenciadas, especialmente Áreas de Preservação Permanente – APPs, se existirem no local.

2.6. As intervenções das obras, inclusive nos passeios públicos, deverão garantir a estabilidade dos terrenos, cabendo se for o caso medidas de contenção de taludes, condução das águas pluviais e controle de processos erosivos.

3. QUANTO A EXECUÇÃO DA OBRA:

3.1. O material utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;

3.2. Não poderá ser utilizado material mineral (fragmentos/seixos rolados) oriundo de cursos d'água ou de qualquer outra área de preservação permanente ou de área não licenciada;

3.3. O material excedente (bota-fora/material inerte) deverá ser disposto em local adequado, de acordo com as normas ambientais vigentes;

3.4. Deverá ser informada à SMA, e previamente aprovada, qualquer alteração dos projetos e da obra que não constem nos documentos apresentados;

3.5. O presente projeto licenciado e a execução da obra deverão verificar a correta ligação/destinação de esgoto cloacal das edificações localizadas na área de interferência da obra, por meio da solicitação junto a CORSAN. Não é permitido a ligação de esgoto cloacal na rede pluvial sem o devido tratamento dos efluentes cloacais;

3.6. Havendo identificação de impactos ambientais não previstos no licenciamento ambiental, as atividades deverão ser suspensas e os impactos deverão ser imediatamente comunicados, assim como propostas medidas mitigadoras junto à SMA;

3.7. Em caso de necessidade de aquisição de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado;

3.8. Todo material mineral utilizado na obra deverá ser proveniente de áreas devidamente licenciadas;

3.9. O material excedente dos trabalhos de terraplanagem/terraplenagem somente poderá ser utilizado na área do empreendimento, em locais ambientalmente adequados de acordo com a legislação vigente, sendo vedada a sua comercialização;

3.10. O material retirado do leito que conter resíduos sólidos urbanos deverá ter destinação a local devidamente licenciado para o recebimento.

4. QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS:

4.1. O responsável técnico informa no formulário que não haverá supressão vegetal, porém caso venha realizar, os resíduos provenientes do manejo florestal quando não passível de utilização, deverão ser destinado em local devidamente licenciado para seu recebimento;

4.2. Os resíduos da construção civil devem ser geridos conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, devendo haver responsável técnico pela sua execução;

4.3 Os resíduos da construção civil não podem ser dispostos em aterros de resíduos sólidos urbanos ou em lotes vagos, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;





4.4. Os resíduos gerados deverão ser comprovadamente destinados a locais licenciados para seu recebimento.

5. QUANTO AOS ÓLEOS LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS:

5.1. As máquinas, veículos, empilhadeiras e outros equipamentos que apresentem vazamentos ou gotejamentos de óleo deverão ser imediatamente retiradas do serviço e conduzidas para o devido reparo;

5.2. O armazenamento de combustíveis e óleos lubrificantes deverá se dar em tanques aéreos, dotados de bacia de contenção com capacidade compatível com o volume armazenado, piso impermeabilizado e válvula de retenção;

5.3. As áreas onde ocorrem atividades de abastecimento e manutenção de veículos, maquinário ou equipamentos devem ser dotadas de sistema de drenagem oleosa (piso impermeabilizado, canaletas periféricas e caixa separadora água e óleo), em conformidade com a NBR 14605-2;

5.4. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa de retenção de areia e caixa separadora água/óleo.

6. QUANTO A SUPERVISÃO AMBIENTAL:

6.1. A contratada deve manter responsável técnico (com ART) por fazer cumprir as condições e restrições da licença, o qual deverá comunicar o órgão ambiental sempre que:

- (a) forem iniciadas as obras, indicando o responsável técnico pela supervisão (e sua ART com validade compatível com o cronograma);
- (b) cronograma e os locais de intervenção para cada etapa;
- (c) iniciada e finalizada a supressão vegetal autorizada;
- (d) constatadas não conformidades em relação à licença, informando a medida corretiva adotada ou plano de ação corretiva (no qual identifique local do ocorrido, ação corretiva proposta, responsáveis e cronograma);

6.2. Devem ser mantidos na obra os seguintes documentos:

- a) licença ambiental emitida e a cópia da ART do responsável técnico pela supervisão ambiental;
- (b) o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a cópia da ART do responsável técnico pela execução e os comprovantes de destinação dos resíduos;
- (c) cópia das licenças das jazidas de material mineral utilizadas e respectivos comprovantes.

7. CONDICIONANTES LEGAIS:

7.1. A responsabilidade legal pelas informações declaradas é do requerente, representante legal e/ou responsável técnico, todos na forma de corresponsáveis, civil e criminalmente, pelas informações prestadas, respondendo pelos danos porventura causados ao Município e a terceiros. Este parecer não autoriza, dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

8. QUANTO À PUBLICAÇÃO DA LICENÇA:

8.1. Deverá ser fixada, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação da licença, disponível no site da SMA, www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/ no item documentos. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença.

9. DOCUMENTOS PARA APRESENTAR NA RENOVAÇÃO DESTA LICENÇA:

1. Requerimento assinado pelo representante legal, solicitando a renovação desta LU;
2. Relatório final (item V - 3);





3. Documento que contenha o estudo e a justificativa técnica da necessidade de renovação, acompanhado de novo cronograma executivo;
4. Em caso de encerramento, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias antes do término da vigência da LU, deverá ser solicitado o Termo de Encerramento, com a apresentação do relatório final;
5. Cópia do comprovante de pagamento da respectiva taxa de licenciamento ambiental;
6. Outros documentos que se fizerem necessários, à critério desta SMA.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos não corresponderem à realidade;
2. Esta licença é válida para as condições supradescritas pelo período de **quatro (4) anos**, entretanto, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas na legislação em vigor;
3. É obrigação do empreendedor e seus responsáveis técnicos o estrito cumprimento da legislação vigente;
4. Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à SMA, sob pena de o empreendedor, acima identificado, continuar com a responsabilidade sobre a atividade/o empreendimento licenciado(a) por este documento;
5. Esta licença é válida enquanto perdurarem as atuais normas legais, possibilitando-se sua revisão ou revogação por este órgão ambiental local, a qualquer tempo, inclusive caso haja alterações na atividade;
6. Esta licença não autoriza ou dispensa de licenciamento quaisquer outras atividades passíveis de licenciamento ambiental ordinário e/ou florestal que venham a ser desenvolvidas pelo empreendedor;
7. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
8. **A renovação desta licença deverá ser requerida no prazo máximo de 120 dias antes do vencimento.**

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Este documento é válido para as condições anteriores até: 16 de abril de 2029.

Santa Maria/RS, na data da assinatura digital.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**

Em conformidade com o Parecer Técnico 150/2025

Isabel Camponogara em: 15/04/2025

Analista Geógrafa, Matrícula - 15834-8

Autenticidade: HQ1625694456894

